

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Ferro Horta (R.S.)*

Class.: *1156*

Data: *29 de Novembro de 1993*

Pg.: \_\_\_\_\_

# Destruição ameaça o Parque de Nonoai

Um dos maiores redutos ecológicos é cobiçado por garimpeiros e caçadores e só um acordo pode salvar a área de 17 mil hectares

CLARINHA GLOCK

Nonoai — Só um acordo entre os governos municipal, estadual e federal poderá salvar da destruição um dos maiores santuários ecológicos do Estado, o Parque Florestal Estadual de Nonoai. A conclusão faz parte de um relatório a ser entregue pelos deputados da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa ao presidente Itamar Franco e ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa. O presidente da Comissão de Saúde, Marco Peixoto (PPR), e o procurador da República Luis Alberto Aurvalle estiveram em Nonoai nessa segunda-feira para verificar as denúncias de depredação na área de 17.499 hectares. Conversaram com representantes das prefeituras de Nonoai e Planalto, governo do Estado, entidades ambientalistas e, principalmente, com os membros da comunidade caingangue que hoje têm direito de ir e vir dentro do parque localizado ao lado da reserva indígena onde vivem cerca de três mil índios.

Os caingangues da reserva de Nonoai entraram no parque em fevereiro de 1992, reivindicando a posse do território prevista na Constituição Federal. Uma liminar do Tribunal de Alçada lhes assegurou o direito de permanecer ali dentro. Os guardas florestais foram expulsos e se seguiram uma série de denúncias de roubos de madeira e pedras preciosas onde estariam envolvidos brancos e índios. Há muito tempo o santuário é cobiçado pelos caçadores e garimpeiros, atraídos pela rica fauna e pelas jazidas de pedras preciosas. E sempre esteve na mira dos donos de serrarias e madeireiras interessados no cedro, corticeira da serra, grapiás e araucárias. A ocupação indígena acantou o problema.

**TRÊGUA** — Há um ano, o delegado de Planalto, Juarez Francisco Mendonça, apreendeu pilhas de toras de madeiras retiradas do parque. Na época, índios e brancos fizeram uma reunião e concordaram que o ideal seria a formação de uma guarda mista para cuidar da área. Foi suspensa a pedido de João Paulo Steigleder, responsável pelas



Ocupação: uma aldeia guarani com cinco famílias se estabeleceu no parque e concordou em não caçar nas redondezas nem fazer queimadas no local



Reunião: Peixoto (E), Aurvalle e o cacique Nascimento (D) falam sobre a devastação



Nascimento: defesa dos índios

Unidades de Conservação do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR) da Secretaria da Agricultura. O esquema envolvia contratação irregular dos índios — pelo acordo, eles deviam receber um salário — e o uso de armas pelos indígenas.

Em novembro, os soldados da

BM começaram a selar uma trêgua na região. Com a ajuda de guias indígenas, identificam focos de depredação. Já autuaram transportadores de madeira e recolheram motosserras. "Apesar do desmatamento, a situação do parque é boa, com danos de pequena monta sobre a cobertura vegetal nativa", observou o 1º tenente Antônio Gilceu Souza, comandante da Operação Parque Florestal de Nonoai.

Atuam na área seis patrulhas ambientais (Patrams), num total de 60 homens. Fazem barreiras na estrada e vôos de observação em helicópteros. Desacostumados com as cobras e pernilongos da região, os soldados estão pedindo o auxílio dos índios também para identificar ervas medicinais na mata e se curar de picadas eventuais.

### Desmatamento é uma constante

O deputado Marco Peixoto e o procurador Luis Alberto Aurvalle sobrevoaram o parque com o helicóptero da Brigada Militar encarregado de fiscalizar o local. A vista aérea do Parque Florestal Estadual de Nonoai impressionou-os pelo contraste entre a densa vegetação e os claros provocados pelo desmatamento e queimadas. "A questão hoje não se limita apenas à preservação da maior reserva verde do Rio Grande do Sul", concluiu o deputado, após a viagem. "É preciso criar condições para os índios sobreviverem sem precisar dos recursos existentes no parque", acredita.

A reserva indígena vizinha ao parque, com 14 mil hectares, está depredada. Sem orientação sobre técnicas adequadas de plantio e cuidados com a terra, os caingangues derrubaram árvores. Hoje vivem praticamente na miséria. O acesso ao parque é só para tirar o pinhão e a caça para alimentação, assegura o cacique José Orestes do Nascimento, o Zé Lopes. Ele nega que os índios estejam fazendo queimadas dentro da mata — pelo menos dois focos foram identificados num vôo sobre a área. Mas na reserva indígena, diz o cacique, os índios fazem roça perto das casas para plantar, porque não têm o que comer. "Se eu vou proibir os índios de fazer roça o que vai ser da comunidade?", questiona.

Do helicóptero, era possível visualizar o nascimento de uma aldeia guarani dentro do parque, mais um claro no meio das árvores. "São cinco famílias que con-

cordaram não caçar na mata nem fazer queimadas", disse o comandante Gilceu. Os índios lembram que a aldeia Peikã há tempos convive na área de preservação. Mas há outras terras reivindicadas pelos índios na Justiça. Uma delas, a fazenda do atual prefeito de Nonoai, Ademar Dall'Asta (PDT). Os caingangues também querem a posse sobre a chamada 4ª Seção, de Planalto, colonizada na década de 60 pelo então governador Leonel Brizola (PDT).

**ASFALTO** — A precária situação dos índios da reserva de Nonoai está fazendo com que eles negociem direto com a prefeitura de Planalto, uma das cidades onde está localizado o parque. "A saúde está precária", diz o cacique Zé Lopes. O prefeito de Planalto prometeu instalar escolas, fazer açudes nas aldeias e colocar rede elétrica nas vilas indígenas. Em troca, os índios devem permitir que seja acabado o asfaltamento da RS-325, que liga Planalto a Nonoai e diminui o tempo de viagem para o norte do Estado.

A estrada corta o Parque Florestal de Nonoai, por isso a Fundação Nacional do Índio (Funai) entrou com uma ação embargando o asfaltamento. "A Constituição de 1988 diz que somente poderá ser construída uma estrada dentro de um parque se o Congresso aprovar", explicou Irani Cunha da Silva, pesquisador da Funai em Chapecó, Santa Catarina, que responde pela reserva de Nonoai. "Agora a decisão é da Justiça", diz Irani.